



COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA

PERCEPÇÕES SOBRE O CURRÍCULO 7 NA GRADUAÇÃO EM JORNALISMO DA UEPG E AS NOVAS DIRETRIZES CURRICULARES

CINTIA XAVIER cintia_xavierpg@yahoo.com.br¹

MARCELO ENGEL BRONOSKY mebrono@gmail.com²

RESUMO

O presente texto é uma tentativa de mapear e avaliar os impactos das novas diretrizes curriculares e a relação com os desafios do mercado profissional do Jornalismo, na formação superior em Jornalismo. O objeto da análise é especificamente o currículo 7 em vigor no curso de Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa/Paraná. Há compreensão que ao tentar contemplar uma formação mais técnica, a formação humanística, que era um dos potenciais dos currículos anteriores, tenha sido preterida. Para tentar avaliar o currículo 7, implementado em 2015, foram levados em consideração as observações feitas pelos professores e alunos do curso, ao longo de reuniões pedagógicas. A expectativa desse texto é sistematizar alguns pontos fortes e fracos da proposta curricular que foi pensada à luz das novas diretrizes curriculares para a formação em Jornalismo aprovadas em 2013.

PALAVRAS-CHAVE: Formação superior em Jornalismo;

1. INTRODUÇÃO

Um dos desafios da formação superior em jornalismo sempre foi à superação da relação entre teoria e prática. Frequentemente o mercado acusa a formação superior como ineficiente para as necessidades e desafios do cotidiano. Há quem sugira uma cisão e uma oposição, impossíveis de serem transpostas para oferecer o exercício profissional do jornalismo. Existem pontos de vista que defendem que o debate sobre a oposição teoria e prática é uma polêmica falsa (GENRO FILHO, 1987). Na medida em que o debate soa

¹ Doutora em Ciências da Comunicação pela Unisinos. Professora da graduação em Jornalismo e da Pós-Graduação em Jornalismo da UEPG.

² Doutor Ciências da Comunicação pela Unisinos. Professor da graduação em Jornalismo e da Pós-Graduação em Jornalismo da UEPG.

como superficial, há necessidade de um movimento que articule a teoria e a prática, que seja capaz de reconfigurar as práticas do jornalismo (PONTES, 2015).

Na chamada crise do jornalismo, especialmente a vertiginosa queda de receita da indústria jornalística (ANDERSON; BELL; SHIRKY, 2013, p. 37) em que parte da referida queda também está associada às transformações tecnológicas, estes dois elementos têm contribuído para aquecer o debate de uma dicotomia e carências da formação superior em jornalismo. Especialmente porque embora pareça que são distintas (formação teórico/prática no jornalismo e crise de modelo da indústria jornalística), uma das questões que se levanta sobre teoria versus prática é que nas escolas de jornalismo falta prática; os acusadores indicam que as escolas de jornalismo não permitem que seus alunos estejam bem preparados para responderem aos problemas do mundo corporativo. As transformações tecnológicas e a angústia gerada pela necessidade de rever os processos de produção, para continuar gerando algum lucro, cria expectativas maiores para que a resposta venha das pesquisas realizadas pela universidade, do campo de estudo.

A inclusão das novas tecnologias (TICs) nos processos de ensino-aprendizagem também tem gerado polêmicas, desde a perspectiva de um uso instrumental ou na apropriação como elemento de criação (MACHADO, 2007).

Quando definida como um simples instrumento, o que se acentua é o caráter da tecnologia como um fator que contribui para o aumento da velocidade de transmissão das informações, uma atitude típica de quem sem preocupa com o mero aperfeiçoamento do processo de assimilação reprodutiva do conhecimento (MACHADO, 2007, p. 13).

Neste contexto, o presente artigo pretende estabelecer relações entre os conflitos teoria e prática, novas diretrizes e a inserção das TICs no curso de Jornalismo da UEPG sem a pretensão de esgotar o assunto, nem tão pouco indicar determinar resultados definitivos.

Nessa direção, indicaremos como os professores (em parte das situações foram os mesmos que trabalharam na elaboração do atual currículo) e estudantes estão compreendendo a implementação da grade. Por fim, estabelecer uma síntese sobre os conflitos e as potencialidades para a formação em Jornalismo.

2. AS DIRETRIZES CURRICULARES PARA A FORMAÇÃO EM JORNALISMO

É inegável que a implantação das Novas Diretrizes Curriculares deu início a um conjunto de mudanças nas grades dos cursos de jornalismo pelo Brasil. Desde 2013 quando foi aprovada até 2015, prazo final para implantação das definições, ela tem motivado alterações em vários currículos. Algumas escolas, como a Furb - Universidade Regional de Blumenau (SC), por exemplo, adiantou-se para apresentar proposta de curso novo de jornalismo já estruturada nas orientações das DCNs, tornando-se uma das primeiras a se orientar pelas novas orientações. Porém, os mais de 300 cursos de jornalismo no Brasil foram paulatinamente revisando seus modelos curriculares à luz da nova proposta, aplicando integralmente ou parcialmente as sugestões ali contidas.³

Alguns, mais resistentes, ainda não o fizeram. É possível encontrar cursos seguindo a lógica do jornalismo como habilitação da comunicação⁴, inclusive oferecendo nas séries iniciais conteúdos comuns às outras habilitações: Relações Públicas, Secretariado, Publicidade, como a UFRJ. “Depois de três semestres na universidade, tendo concluído as dezenove disciplinas e os dois laboratórios do Ciclo Básico, o aluno de jornalismo passa a freqüentar as disciplinas obrigatórias (720 horas) e as complementares (180 horas) voltadas para a sua habilitação” (PPC, 2013)⁵.

A maioria dos cursos, de acordo com seus interesses e especificidades, tem aplicado as DCNs. Entre as dificuldades inerentes à implantação das novas DCNs relatadas em vários encontros nacionais e regionais de Coordenadores, estão a questão do estágio e dos TCCs individuais. Outro ponto que se soma é a necessidade de adaptação ao novo cenário de mudanças tecnológicas.

Parece-nos que é neste último aspecto onde se tem produzido as principais mudanças. As TICs, desde há algum tempo, tem produzido alterações significativas nos modos de fazer jornalismo, por conseguinte, no ensino. Os modos de gerar conteúdos, nas linguagens para cada dispositivo, o próprio manejo dos dispositivos de transmissão e circulação das informações, bem como no acesso às notícias são alguns destes elementos de transformação. A questão é que o ensino de jornalismo, no alvoroço de acompanhar as mudanças tecnológicas realizadas no âmbito do mercado, tem ignorado aquilo que lhe é atribuição central: dotar os futuros jornalistas de capacidade crítica, com habilidades de

³ Segundo dados do MEC, há atualmente 346 cursos em atividade no Brasil, incluindo presenciais e a distância (modalidade aceita pelo órgão em 2017). <http://emec.mec.gov.br/> Acesso em 04/03/2018.

⁴ <http://www.eco.ufrj.br/index.php/projeto-pedagogico-jornalismo> Acesso em 13/02/2018

⁵ Diário Oficial da União - Portaria do MEC nº 552, de 15 de outubro de 2013.

<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=17/10/2013&jornal=1&pagina=23&totalArquivos=84>

refletir autonomamente, com vistas a produzir conteúdos noticiosos de interesse humano e social.

É certo afirmar que o jornalismo enquanto um campo social de conhecimento se difere do ensino do jornalismo. São processos com objetivos diferentes. O segundo tem intenção de oferecer habilidades e competências a um conjunto de sujeitos interessados em produzir e transmitir conteúdos noticiosos a indivíduos. O primeiro, grosso modo, tem objetivo de gerar e transmitir informações de interesse público o mais rápido possível, de forma clara e verdadeira.

O objetivo deste texto, portanto, é discutir a partir da última proposta curricular adotada pelo curso de jornalismo da UEPG – Universidade Estadual de Ponta Grossa, como as TICs impactaram na estruturação de uma filosofia de ensino, cuja técnica e a instrumentalização tem chamado a atenção.

3. O CURSO DE JORNALISMO DA UEPG A PARTIR DOS PROJETOS PEDAGÓGICOS

Para compreender o processo de implantação do currículo em análise e seus efeitos na formação dos estudantes do curso de jornalismo da UEPG, torna-se necessário uma rápida recuperação sobre como o curso se desenhou nestes mais de 30 de existência.

O Curso de Jornalismo surge em junho de 1985, sendo o primeiro da cidade de Ponta Grossa⁶. No momento de sua implantação o curso funcionava no período vespertino e o currículo se organizava em torno da orientação do CFE (Conselho Federal de Educação) de 1984, que na oportunidade revisava as determinações do Currículo Mínimo⁷, herança dos governos militares, que tinha por proposta unificar a formação em todo o território nacional ignorando as especificidades e particularidades de cada região, conforme apontou Carlos Eduardo Lins e Silva. Em 1979, ele em parceria com os professores Marques de Melo e Ana Maria Fadul, organizam coletânea editada pela Intercom destacando o engessamento dos currículos de comunicação e a falta de participação dos envolvidos na sua elaboração.

⁶ Localizada a 100 km da capital, Curitiba/PR.

⁷ “...as decisões [se referindo ao Conselho Federal de Educação e a Lei 5540 de 28/02/1968] são tomadas pelo poder central que as unifica em todo o país, sem levar em consideração as experiências dos professores e alunos em cada região (ainda que, constantemente, os autores dos currículos recomendem, respeito às realidades regionais, através de disciplinas adicionais...)”, analisa Lins e Silva (1979, p. 24)

Na proposta de 1984, adotada pela UEPG, já aparecia à valorização de conteúdos teórico-humanísticos e técnico-laboratoriais, porém organizados e aplicados de forma separada/escalonada. As disciplinas teóricas não dialogavam com as práticas e vice e versa. O diálogo entre teoria e prática às vezes melhora, a partir de alguns movimentos pedagógicos e em outros momentos tende a não ser tão forte.

De toda forma, o curso de jornalismo, o único gestado pelo então Departamento de Comunicação (UEPG), era oferecido na parte da tarde, por necessidade de espaço e facilidade de acomodar um corpo docente formado por professores que se dividiam no trabalho em outras universidades e redações em Curitiba, que se deslocavam quase que diariamente entre as cidades. Neste período ele deixa de ser semestral e passa a ser oferecido anualmente.

Em 1995, o curso passou a ser ministrado pela manhã, repercutindo as reclamações dos jornalistas provisionados, principalmente, que tinham interesse em se diplomar. Soma-se a isto o início da mudança das características do corpo docente do curso, que passa gradativamente a voltar exclusivamente para academia. Neste momento, inicia-se também a preocupação com a qualificação docente, representada através da abertura de concursos exigindo titulação de mestres e na sequência, doutores, e do estímulo ao quadro já existente para buscarem também a titulação.

Pensando a estrutura de cada currículo é possível identificar características em sintonia com as mudanças na realidade de mercado e da própria área do jornalismo que passa a atuar de forma mais organizada e sistematizada em torno do jornalismo e do ensino superior do jornalismo.⁸

Neste movimento de atualização e adequação às mudanças de mercado e da área, em 1994, no currículo de jornalismo da UEPG, aparece a primeira disciplina sistematizada com objetivo de discutir assuntos envolvendo tecnologia e jornalismo, com o nome de Jornalismo, Informatização e Novas Tecnologias (JINT). Estruturada em formato Obrigatório Complementar, com duas horas semanais, 68 horas/ano de carga horária total, situada no 3º ano do curso, oferecia conteúdos a respeito dos impactos das novas tecnologias da sociedade e no fazer jornalístico, representadas através de temas como a interação e ciberjornalismo.

Em 2004 o curso passa a ser oferecido em turno integral (manhã e tarde) com as 3298 horas/aulas do matutino. Porém, somente no ano seguinte é que o curso integral

⁸ Ocorre em 1994 o primeiro Seminário de Atualização profissional, promovido pelo Labjor/Unicamp, sendo organizado no ano seguinte o primeiro encontro do Fórum Nacional de Professores de Jornalismo, em Aracaju junto ao Congresso da Intercom. <http://www.abejor.org.br/novo/institucional> Visitado em 04/03/2018

recebe um novo currículo (3600 horas/aulas). O objetivo foi o de acomodar um conjunto de atividades (projetos laboratoriais e de extensão) que se estendiam para além do período matutino.

Neste momento, o curso passou a oferecer disciplinas específicas do jornalismo, como Teorias do Jornalismo (136 horas/aula); Webjornalismo (68 horas/aulas) e Técnicas de Elaboração de Projetos em Jornalismo, com 68 horas, dedicada à produção de TCC (Trabalhos de Conclusão de Curso). Mesmo assim, a referência na formação genérica se fazia presente, com as disciplinas de Teorias da Comunicação (136 horas/aula); Filosofia e Sociologia da Comunicação (68 horas/aulas) e Estética da Comunicação e Metodologia da Pesquisa em Comunicação (68 horas/aula), formando um currículo híbrido. Embora o curso produzisse jornais laboratórios (Jornal Foca Livre, Revista Nuntiare) entre outros projetos práticos, estava voltado a valorizar formação teórico-conceituais da sub-área da comunicação.

Cabe destacar ainda que o curso de jornalismo da UEPG passa, a partir de 2013, a oferecer o segundo programa de mestrado em jornalismo do Brasil. As influências para a graduação ainda precisam ser medidas, mas é possível reconhecer que a qualificação do corpo docente, necessária para fundar um projeto como este, produz efeitos de várias naturezas na formação em nível de graduação.

Ao longo destes vários períodos, é possível notar como os currículos vão repercutindo os interesses políticos, econômicos e sociais de cada época, especialmente aqueles relativos aos interesses de mercado. Nada mais natural, considerando se tratar de um curso de graduação, preocupado em formar profissionais para atuar no próprio mercado daquela região.

Este esforço de se aproximar das lógicas de mercado também pode ser vista no Currículo 7, como veremos a seguir.

4. PERCEPÇÕES DA IMPLEMENTAÇÃO DO CURRÍCULO 7

É neste contexto de fortes mudanças tecnológicas, do reconhecimento da formação específica motivada pelas Diretrizes Curriculares, quanto pela estruturação do curso de mestrado em jornalismo, que a proposta de currículo 7 é elaborada para o curso de jornalismo da UEPG.

Logo no cabeçalho, a proposta aprovada em 2015, após mais de dois anos de discussão, apresenta duas bases:

... o acadêmico deverá perfazer um total mínimo de 3.446 (três mil, quatrocentas e quarenta e seis) horas, sendo 782 (setecentas e oitenta e duas) horas em disciplinas de Formação Básica Geral, 2.074 (duas mil e setenta e quatro) horas em disciplinas de Formação Específica Profissional, 238 (duzentas e trinta e oito) horas em Estágio Curricular Obrigatório Supervisionado, 102 (cento e duas) horas em disciplinas de Diversificação ou Aprofundamento e 250 (duzentas e cinqüenta) horas de Atividades Complementares, distribuídas em, no mínimo, 4 (quatro) anos e, no máximo, 06 (seis) anos letivos.⁹

A distribuição das disciplinas deste currículo se preocupa em oferecer conteúdos práticos desde os primeiros meses. Se somarmos a carga horária de Rádio e Fotojornalismo com as disciplinas laboratoriais Produção e Edição de Textos e Áudios Jornalísticos I, Métodos de Apuração e Produção Fotográfica, encontramos quase 50% da carga horária do primeiro ano em laboratório. (408 horas/aula das 867 do total do primeiro ano). Essa proporção se repete relativamente nos anos subsequentes, valorizando a organização das disciplinas por semestre, mesmo nas de conteúdo teórico-conceituais. A ideia geral é que o estudante possa aprender o jornalismo executando-o, a partir dos laboratórios, acompanhadas de conteúdos de Formação Básica Geral (Humanística, Contextual e Específica) e Formação Específica Profissional (Fundamentação Específica, Formação Profissional, Aplicação Processual).

A proposta, como se vê, segue o espírito das DCNs, organizando um currículo em eixos de um lado e de outro, procura oferecer experiências de ensino-aprendizagem com foco no mercado profissional, traduzindo suas lógicas para o ambiente acadêmico.

Mas são justamente essas lógicas que tem orientado a proposta. Tem se verificado que o currículo do curso de jornalismo da UEPG tem uma envergadura que desafia sua implementação, tanto para os professores, como para os estudantes (BECKER, 2017¹⁰). Um dos aspectos que define o desafio de implementação do atual currículo são as disciplinas de redação integrada, chamadas de Núcleo de Redação Integrada (NRI), ofertados na segunda, terceira e quarta séries do curso, em formato anual.

Vale a pena tentar descrever o processo de integração previsto nos núcleos. O primeiro aspecto é que existem disciplinas orientadas para a produção de conteúdos, todas laboratoriais: Produção e Edição de Textos Jornalísticos (I, II, III, IV); Produção e Edição de Áudios Jornalísticos (I e II); Produção e Edição de Audiovisual Jornalístico (I e II);

⁹ Renovação de Reconhecimento Decreto Est. nº6094 de 31.01.2017 D.O.E nº9878 de 02.02.2017 <http://www.uepg.br/Catalogo/setor4/jornalismo.pdf>. Visitado em 05/03/2018

¹⁰ Texto de circulação interna do Departamento de Jornalismo da UEPG. 2017.

Produção Fotográfica; e Crítica de Mídia. São ao todo 10 disciplinas preocupadas com conteúdos de diversos formatos e características.

No segundo aspecto é que entram os NRIs responsáveis pela organização e designação de publicação dos conteúdos provenientes das disciplinas de produção. Tais disciplinas devem funcionar como uma redação jornalística, que faça a confluência da produção, edição e publicação de conteúdos, em diferentes formatos e plataformas. Esse movimento não é serializado, há uma transversalidade entre as turmas para a produção e publicação de conteúdos.

Uma das complicações que se apresenta é a carga horária destinada para a produção, que é de duas horas semanais, e as turmas são divididas em três ou quatro, dependendo do número de alunos matriculados. Poucas horas semanais, para uma quantidade relativamente significativa de trabalho tanto para estudantes como para professores. Embora estejam alocados dois professores para cada um dos núcleos. “A análise do quadro de disciplinas práticas do atual 2º ano demonstra que as ementas de Produção e Edição de Textos II e de Núcleo de Redação Integrada I (NRI-I) são incompatíveis com sua carga horária” (BECKER, 2017).

Apenas duas horas semanais, nas quais os estudantes devem realizar todo o trabalho de edição do texto. Ainda em relação ao NRI, como a disciplina deve ser uma redação e receber o material dos estudantes, a partir da produção de outras disciplinas, se não há produção não há material para editar. Como estão no processo de formação, e muitas atividades são cobradas dos estudantes logo nas séries iniciais, se verifica um dos problemas:

Por serem de segundo ano, com exceções, os estudantes têm carências (de conhecimento geral e específico do jornalismo, assim como de capacitação técnica) que ainda não foram resolvidas pelo curso, não permitindo lhes cobrar o grau de resposta requerido pela complexidade da produção convergente/multimídia; (BECKER, 2017, p. 3)

No que se refere à disciplina de Produção e Edição de Textos Jornalísticos II, que está no segundo ano e que está responsável principalmente pela produção de textos para o jornal impresso, rádio e site, há a compreensão de que carga horária semanal de duas horas é insuficiente para apurar e produzir textos, especialmente quando se compara com o currículo anterior:

No Currículo 6, a disciplina Redação Jornalística II, responsável por fazer uma produção textual exclusivamente para jornal impresso, contava com 04hs/semana (136/ano), que se juntavam a outras 03hs/semana da produção do jornal Foca Livre (100/ano). Ou seja, cada turma prática tinha 07hs/semana exclusivamente para fazer o percurso da pauta até a distribuição do Foca. Agora cada turma tem 02hs/semana para fazer textos (não só para impresso) e mais 02hs/semana para fechar e publicar produções em 03 suportes: impresso, rádio e site. (BECKER, 2017, p.3)

Outro desafio é a implementação de uma rotina produtiva com atualização diária, em algumas situações como é comum no webjornalismo, às vezes em menos tempo que a diária. Assim o ritmo de produção imposto torna-se um desafio para professores e estudantes. Em alguns momentos os professores deixam de atuar como orientadores e passam a exercer a função de editores. Assim, deixam sua função pedagógica e passam para as arquiteturas hierárquicas das redações, deixam de orientar a produção e passam a trabalhar na perspectiva dos horários de fechamento. Muitas vezes é priorizado o deadline em detrimento da reflexão e exatidão do material publicado, fica de lado até mesmo a correção do professor responsável pela disciplina de produção de conteúdos.

Para ajudar na solução do problema, os alunos da primeira turma do novo currículo, ao final do terceiro ano (2017), como resposta a avaliação da disciplina de NRI II¹¹ sinalizaram e destacaram o que consideram como os principais problemas no processo de produção e formação: “Falta de diálogo com outras turmas, principalmente com o segundo ano”; “Professor avaliar material já publicado no Periódico e que já passou por outras edições” (demonstrando uma inversão, primeiro publica e depois avalia); “Teóricas e Práticas não conversam suficientemente”; “Falta discussão conceitual de pauta e edição”; “Grande parte das pautas da reunião geral de pautas foi para o Foca¹²”; e por fim, “interface do Periódico¹³ é ruim”.

Os estudantes também apontaram sugestões para tentar melhorar e diminuir os problemas apontados por eles: “Deadline com horários para chegada de material e para subir no Periódico, de acordo com o horário das práticas de produção”; “Diálogo com os professores das disciplinas e com os alunos, sobretudo dos NRI’s”; “Manual de Redação, construído e compartilhado com os professores”; “Planejamento das pautas que vão para

¹¹ Avaliação realizada pelos professores Felipe de Oliveira e Rafael Schoenherr no encerramento da disciplina de NRI II com os alunos então matriculados no terceiro ano. A síntese como está grafada foi apresentada no momento das reuniões pedagógicas preparatórias para o início do ano letivo de 2018.

¹² Jornal laboratório impresso da UEPG.

¹³ Jornal laboratório on-line da UEPG. <https://periodico.sites.uepg.br/>

cada produto”; “Pensar pauta para o Foca, Correspondente, Radiojornal e assim por diante para que não aconteça um escoamento das pautas do segundo ano para o Foca, por exemplo”; “Monitores das disciplinas participando da articulação com NRI's”; “A partir das boas experiências de articulação com disciplinas práticas como Textos III, Áudios II e Foto, estender diálogo para as demais”; “Técnico de informática”; “Funcionamento das aulas de NRI no mesmo horário”; “Formação em linguagem de internet, edição e títulos”.

Cada um dos pontos apresentados pelos estudantes e sistematizado pelos professores de NRI II abririam discussões e debates sobre as faltas e dificuldades do novo currículo. Algumas delas são relativamente simples de serem superadas, outras esbarram na própria burocracia de uma instituição pública, com todos os problemas de precarização vivenciados nos últimos anos.

Em relação às questões de formação, o currículo 7 reconfigurou e compactou muitas disciplinas teóricas, fazendo com que muitas fossem organizadas em um semestre¹⁴ apenas como é o caso de Teorias de Jornalismo I e II locadas no segundo ano. Com isto, se produziu certo parcelamento na oferta dos conteúdos. Essas escolhas limitaram o contato dos estudantes a diversos conteúdos, fazendo menos efeito do que se estivesse em contato com o conteúdo ao longo de todo o ano letivo, além disso, impôs aos estudantes um nível de sobre dedicação no qual qualquer desatenção que resultasse numa nota baixa poderia produzir reprovação, uma vez que não há tempo para recuperar.

Outro exemplo de compartimentação de disciplinas é o caso de Ética e Legislação em Jornalismo, cujos conteúdos estão ofertados no segundo semestre do segundo ano. A disciplina, em um semestre e 68 horas deve ofertar todo o debate sobre o exercício profissional centrada nas práticas transparentes, mais as questões legais da profissão. Tudo isso apresentado em quatro horas semanais, numa série em que já a leitura de que há uma sobrecarga de disciplinas teóricas (BECKER, 2017, p.3).

5. REFLEXÕES FINAIS

A leitura feita até aqui sobre o currículo em vigor no Jornalismo da UEPG está ainda muito centrada por características pontuais e pouco conseguem avaliar o perfil do profissional que está sendo formado no currículo. Especialmente porque está em fase final de implementação, com as atividades correndo em paralelo às reflexões do presente texto.

¹⁴ Por determinação da UEPG, desde 1990, a base curricular dos cursos na Universidade é anual. No entanto, a partir de meados de década de 2010, a Universidade tem franqueado aos cursos a possibilidade de oferecer disciplinas em semestre. Primeiramente, até 50% do total da carga horária, e agora o cargo do Projeto Pedagógico de cada curso.

A primeira turma do novo currículo está no último ano da graduação, portanto, professores e estudantes estão tomando contato com a grade curricular do quarto ano em 2018.

No entanto, ao menos três grandes dificuldades são possíveis apontar em relação ao Currículo 7 e seu processo de implementação. Todas articuladas entre si.

A primeira diz respeito a estruturação fragmentada de algumas das disciplinas, especialmente as teórico-conceituais, valorizando sua organização semestralmente. Como visto, isto dificulta, quando não oferece condições de identificar nos estudantes características específicas de aprendizado, eventuais dificuldades, por exemplo, a tempo de aplicar estratégias reparadoras. Trata-se de uma organização curricular que tende a se apresentar de forma parcelada e, pela sua brevidade, torna-se superficial.

O segundo aspecto a ser superado diz respeito ao modo como as disciplinas de NRIs foram organizadas. Como visto, são responsáveis em receber, editar - fechar os conteúdos produzidos nas várias disciplinas (Áudio, Audiovisual, Produção de Texto, Produção Fotográfica), além de disponibilizar em múltiplas plataformas, através dos Canais do curso e monitorar sua interação quando isto é possível. Ou seja, os estudantes das séries mais avançadas, sob a supervisão de ao menos dois professores, são responsáveis por executar tais tarefas, simultaneamente, gerar conteúdos para os NRIs à frente. Sem polemizar sobre o que representa a reprodução das lógicas de um mercado predatório como o atual, do ponto de vista pedagógico, trata-se de um contrassenso, na medida em que o sucesso do ensino-aprendizado está condicionado à sistemática reflexão do fazer, e não simplesmente o fazer por ele mesmo.

A próxima dificuldade aponta para a falta de infraestrutura tecnológica, fundamental para responder por uma elevada oferta de disciplinas laboratoriais voltadas a produção multimidiática. A integração dos laboratórios via sistema de Rede (networks) é limitada a um fluxo de dados (Stream) baixo e não confiável, além da maioria dos equipamentos (hardware) tem mais de 5 anos. Soma-se a isto, a Universidade não possui técnicos com conhecimento para dar suporte em softwares livre, usado pelo curso.

Mesmo considerando hipoteticamente que as práticas laboratoriais oferecidas por este currículo tenham que reproduzir às lógicas de produção do mercado, a falta de estrutura física e humana se revela como um impeditivo sem solução imediata, diante dos cortes com investimentos nas Universidades por parte do Governo do Paraná.

É certo, contudo, que o curso de jornalismo, seus professores, estudantes e técnicos precisarão em curto prazo rever a concepção que tem sustentado o currículo 7, sob pena de

formar estudantes com forte conhecimentos técnicos, porém desprovidos de capacidade crítica-reflexiva sobre o lugar do jornalismo na contemporaneidade.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, C. W.; BELL, E.; SHIRKY, C. Jornalismo pós-industrial: adaptação aos novos tempos. IN: **Revista de Jornalismo ESPM**. Abr/mai/jun, 2013.

BECKER, Maria Lúcia. **Uma avaliação do NRI-I e sugestões para o curto e médio prazo**. Texto de circulação interna do Departamento de Jornalismo da UEPG. 2017.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide**: para uma teoria marxista do jornalismo. Florianópolis: Insular, 2012.

LINS E SILVA, Eduardo. **A política educacional brasileira e os currículos de comunicação**. IN MELO, Marques de Melo; FADUL, Ana Maria; LINS e Silva, Eduardo. Ideologia e Poder no Ensino de Comunicação (Org.). São Paulo: Cortez & Moraes: Intercom, 1979. <http://www.portcom.intercom.org.br/ebooks/arquivos/5de647c1e41b7eaa4813329736066cc0.pdf>

MACHADO, Elias. O ensino de jornalismo em tempos de ciberespaço. IN: **O ensino do Jornalismo em redes de alta velocidade**: metodologias e software. Salvador: EDUFBA, 2007.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Diretrizes Curriculares Nacional – Bacharelado em Jornalismo**. Resolução nº 1, de 27 de setembro de 2013. http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=14242-rces001-13&category_slug=setembro-2013-pdf&Itemid=30192

OLIVEIRA, Felipe; SCHOENHERR, Rafael. **Avaliação da Disciplina de NRI II**, aplicado aos alunos do 3º ano do curso de Jornalismo – UEPG. Apresentado na Semana Pedagógica do Curso de Jornalismo em fevereiro de 2018.

PONTES, Felipe. **Adelmo Genro Filho e a teoria do Jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2015.

